



ACÓRDÃO Nº935/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11161/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Oliveira Videira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5113/2020-MP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri - FUNPREB, sob a responsabilidade do **Sr. Francisco Oliveira Videira**, gestor do FUNPREB, exercício de 2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2423/96.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Francisco Oliveira Videira**, gestor do FUNPREB, exercício de 2018, no valor de **R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais) pelas restrições remanescentes 3ºb”, 3ºc”, 3ºd” e 3ºf” do Relatório Conclusivo nº 46/2019-DICERP (fls. 947/960) e do Relatório/Voto, com base no art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, com redação dada pela Resolução n. 04/2018 - TCE/AM.

Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, acima registrado, aos Cofres da Fazenda Pública Estadual, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de



ACÓRDÃO Nº935/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Sr. Francisco Oliveira Videira, gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri - FUNPREB que:

- 10.3.1.** Promova a adequação do art. 27, §6º, da Lei Municipal n. 204/2011 para que esteja de acordo com o previsto no art. 37, §8º da Constituição Federal, restrição 1;
- 10.3.2.** Promova a adequação das Leis Municipais n. 205/2011 e 259/2017 ao previsto no art. 37, I e II, bem como no art. 39, §1º, I, II e III da Constituição Federal, restrição 2;
- 10.3.3.** Promova a adequação da Lei Municipal n. 204/2011 quanto à natureza jurídica de autarquia do FUNPREB, restrição 4;
- 10.3.4.** Providencie ferramentas que possibilitem aos segurados terem pleno acesso às informações relativas à gestão do FUNPREB, restrição 5"a";
- 10.3.5.** Providencie de forma imediata o Certificado de Regularidade Previdenciária, restrição 5"b";
- 10.3.6.** Submeta seus atos de gestão ao controle interno do executivo municipal, caso não possua setor de controle interno, restrição 5"c";
- 10.3.7.** Providencie a regularização dos saldos do Demonstrativo da Dívida Flutuante, restrição 6"c";
- 10.3.8.** Remeta a este Tribunal de Contas os processos aposentatórios e de pensão tão logo sejam finalizados, restrição 9; e,
- 10.3.9.** Providencie a regularização da ferramenta Cadprev a fim de que nenhum demonstrativo deixe de ser expedido, restrição 14.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO que extraia cópia do Relatório/Voto e encaminhe ao Sr. Francisco Oliveira Videira, gestor do FUNPREB, juntamente com a decisão originada a fim de que o gestor tenha ciência do teor das restrições que foram alvo de



ACÓRDÃO Nº935/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

recomendação.

Vencido o voto-vista do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade da Prestação de Contas, aplicar multas ao gestor, recomendações e notificação ao Fundo.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Setembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral